

TÉCNICAS TRADICIONAIS DA ARQUITETURA VERNACULAR NA CHAPA DIAMANTINA-BAHIA

TÉCNICAS TRADICIONALES DE LA ARQUITECTURA VERNÁCULA EN LA CHAPADA DIAMANTINA, BAHÍA

Adriana Guimarães Duarte

Universidade Federal de Alagoas | adriana.duarte@fau.ufal.br

Clivson Souza

Universidade Federal de Alagoas | clivsonmacedo@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO: (3) História, Memória e Patrimônio

Resumo: A Chapada Diamantina, localizada no estado da Bahia, é um território com múltiplas tradições, belezas naturais e culturais. Possui um rico repertório em bens culturais com um patrimônio cultural diversificado no que se refere às instâncias material e imaterial. Os saberes, fazeres, ofícios e modos de fazer relacionados à arquitetura vernacular contribuíram para que conhecimentos populares ancestrais, vinculados aos povos originários, fossem transmitidos de geração a geração até alcançar os dias atuais. Compreender como se deu a dinâmica de produção e disseminação de algumas dessas práticas tradicionais pode contribuir com a manutenção e a propagação desse importante legado. Sendo assim, o presente estudo buscou investigar, a partir de entrevistas qualitativas com grupos de detentores residentes na região do Parque Nacional da Chapada Diamantina, suas memórias e histórias de vida, descrevendo as técnicas construtivas e acabamentos tradicionais produzidos com barro. A pesquisa vislumbra ainda compreender como se deu o processo de aprendizagem dos mestres artífices, suas motivações, bem como as dificuldades enfrentadas quanto à continuidade de suas práticas, ao longo da trajetória profissional de cada entrevistado. Espera-se também, refletir sobre os processos de apropriação e salvaguarda das expressões populares associadas à arquitetura vernacular, como é consumida e como circula entre os diferentes grupos da sociedade; e de como a produção arquitetônica contemporânea vem incorporando essas técnicas tradicionais na elaboração de seus espaços.

Palavras-chave: Arquitetura vernacular; Técnicas construtivas tradicionais; Patrimônio cultural imaterial; Mestres detentores do saber; Construção em barro; Chapada Diamantina

TRADITIONAL TECHNIQUES OF VERNACULAR ARCHITECTURE IN CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA

Abstract: The Chapada Diamantina, located in the state of Bahia, is a territory characterized by multiple traditions as well as natural and cultural richness. It holds a vast repertoire of cultural assets, comprising a diversified heritage in both tangible and intangible dimensions. The knowledge, practices, crafts, and ways of making associated with vernacular architecture have contributed to the transmission of ancestral popular wisdom, linked to Indigenous peoples, from generation to generation up to the present day. Understanding how the dynamics of production and dissemination of certain traditional practices developed may contribute to the preservation and dissemination of this important legacy. Accordingly, the present study sought to investigate, through qualitative interviews with groups of knowledge holders residing in the region of the Chapada Diamantina National Park, their memories and life histories, describing the constructive techniques and traditional finishes produced with clay. Furthermore, the research aimed to understand the learning processes of master artisans, their motivations, as well as the challenges they faced regarding the continuity of their practices throughout their professional trajectories. It also intends to reflect upon the processes of appropriation and safeguarding of popular expressions associated with vernacular architecture: how they are consumed, how they circulate among different social groups, and the ways in which contemporary architectural production has been incorporating these traditional techniques in the design and development of its spaces.

Keywords: Vernacular architecture; Traditional building techniques; Intangible cultural heritage; Traditional knowledge holders; Earthen architecture; Chapada Diamantina (Brazil).

TÉCNICAS TRADICIONALES DE LA ARQUITECTURA VERNÁCULA EN LA CHAPADA DIAMANTINA - BAHIA

Resumen: El resumen debe estar contenido en esta página, en párrafo único. Este documento presenta las instrucciones para la preparación de artículos a ser sometidos al **5º Seminario de Arquitectura Vernácula/Popular: Matrices, Apropiaciones y Regionalismos** y debe ser utilizado como modelo en el MS Word. Atención: esta plantilla no funciona correctamente en Google Docs - evite realizar el formateo online. Para los resúmenes, utilice el estilo "5º Seminário Arquitetura Vernácula/Popular | RESUMOS E PALAVRAS-CHAVE" (fuente Roboto, cuerpo 10 pt, justificado, caja baja, espaciado simple y 6 pt después párrafos). Para *palabras extranjeras, expresiones latinas, nombres científicos y títulos de obras* en el cuerpo del texto utilizar el estilo "5º Seminário Arquitetura Vernácula/Popular | RESUMOS E PALAVRAS-CHAVE - ITÁLICO" (fuente Roboto, cuerpo 10 pt, justificado, cursiva, caja baja, espaciado simple y 6pt después de párrafos). Para **destacar información**, de forma moderada, utilizar el estilo "5º Seminário Arquitetura Vernácula/Popular | RESUMOS E PALAVRAS-CHAVE - NEGRITO" (fuente Roboto, cuerpo 10 pt, justificado, negrita, caja baja, espaciado simple y 6pt después párrafos). El texto del artículo debe comenzar en la tercera página de este documento. Las dos primeras páginas están destinadas a la información de título, autores, eje temático, resumen y palabras clave en portugués, inglés y español. El resumen del idioma en el que está escrito el artículo debe permanecer en la primera página, mientras que los resúmenes en las otras dos lenguas deben figurar en la segunda página. En caso de que el formato se desplace de esta configuración, verifique el número de caracteres del resumen - el texto no debe sobrepasar la página designada. El uso correcto de la plantilla es un paso esencial para garantizar la estandarización y la calidad editorial.

Palabras clave: Máx. 5, separadas por punto y coma.

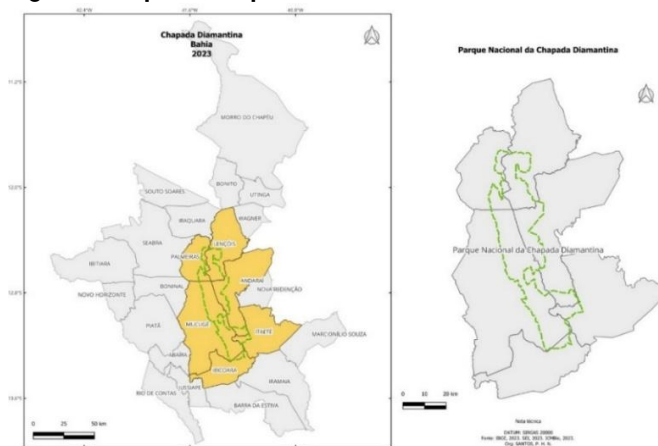
1.INTRODUÇÃO

A Chapada Diamantina possui um vasto acervo de técnicas de construção e acabamento que se utilizam dos materiais abundantes em seu meio físico e do conhecimento dos mestres em consonância com a natureza, que sempre forneceu a matéria-prima para o acolhimento e o abrigo. Diante da diversidade encontrada na região, fez-se necessário estabelecer um recorte para o estudo. A escolha se deu a partir da identificação do material cuja pluralidade fosse capaz de produzir todos os elementos indispensáveis para a construção de uma casa (completa), com piso, paredes e telhado. O barro, abundante no território pesquisado, permite a produção de lajotas, tijolo, telhas e materiais de acabamento. Segundo informações dos mestres artesãos locais, remete a saberes ancestrais que fazem parte da identidade cultural do território baiano, constituído por povos de origem indígena, portuguesa e africana, formando um mosaico de culturas, da qual também contribuíram: mouros, judeus e ciganos.

Inicialmente produzidos apenas para a construção de moradias, ao longo dos anos, a denominada “arquitetura de terra” vêm contribuindo significativamente para a concepção de uma linguagem territorial, que tem na paisagem sua maior referência. De acordo com Lins (2017, p. 121): “[...] é a expressão arquitetônica mais antiga e, ao mesmo tempo, mais universal do nosso planeta e representa a cultura e a tradição de cada civilização”.

Visando contemplar a diversidade dos elementos construtivos tradicionais e abranger os municípios inseridos no Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), procedeu-se à seleção de oito técnicas construtivas e de acabamento identificadas nos municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras, acrescentando-se o município de Seabra, por se tratar do único, nas proximidades do Parque, a manter em funcionamento uma olaria produtora de lajotas (Figura 1).

Figura 1: Mapa da Chapada Diamantina.



Em amarelo os municípios que fazem parte do PNCD com a sua delimitação em linha tracejada.
Fonte: IBGE, 2023. SEI, 2023.

As técnicas analisadas incluíram: adobe, lajotas de barro, pau-a-pique, reboco, pintura com argila, terra pilada, telhas artesanais e tijolinhos. Cada técnica foi associada a um mestre detentor do saber-fazer tradicional, localizado em um dos municípios estudados, considerando-se sua atuação, reconhecimento local e experiência, como critérios para a seleção.

Sendo assim, o presente artigo buscou investigar as técnicas construtivas e acabamentos tradicionais produzidos com barro nos municípios que compõem o Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA, a partir das informações prestadas pelos mestres artífices e suas memórias sobre os processos de aprendizagem, permanências e alterações desses saberes populares praticados na região. As entrevistas¹ foram fundamentadas nas recomendações metodológicas do Inventário Participativo desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que busca aproximar a comunidade das questões relativas ao patrimônio cultural, por meio do reconhecimento do que os identifica, bem como das suas referências, numa construção dialógica do conhecimento. Propõe-se, assim, refletir sobre os processos de apropriação e salvaguarda das expressões populares associadas à arquitetura vernacular, analisando suas formas de consumo e de circulação entre distintos grupos sociais, bem como entender como a produção arquitetônica contemporânea tem incorporado técnicas construtivas tradicionais na concepção de seus espaços.

A seleção das técnicas construtivas e dos mestres detentores do saber-fazer tradicional baseou-se em critérios como reconhecimento comunitário, continuidade da prática ao longo do tempo e vínculo direto com a produção da arquitetura vernacular local.

Os procedimentos metodológicos compreenderam a realização de visitas técnicas aos municípios selecionados, a observação direta dos processos construtivos, o registro fotográfico sistemático e a condução de entrevistas semiestruturadas com mestres construtores, com o objetivo de documentar as etapas de execução, os materiais empregados, os modos de transmissão dos saberes e as formas de adaptação das técnicas construtivas ao meio envolvente.

Os dados obtidos foram tratados por meio de análise qualitativa, buscando-se identificar recorrências, especificidades locais e processos de ressignificação das técnicas construtivas tradicionais frente às dinâmicas atuais de urbanização, turismo e mercado imobiliário, em diálogo com o referencial teórico adotado.

¹ As entrevistas foram realizadas no ano de 2023. Todos os entrevistados preencheram o Termo de Autorização de imagem, voz e som, atendendo às exigências do Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para a pesquisa que fundamentou o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAL.

2.DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E DOS RECURSOS AMBIENTAIS E CULTURAIS

A ocupação socioeconômica da Chapada Diamantina se deu, inicialmente, por meio de interesses pecuaristas, fundiários, agrícolas, mineradores e comerciais. Porém, sua economia atingiu o ápice entre os séculos XVIII e XIX, através da extração de diamantes e ouro. As primeiras descobertas e exploração das jazidas, se deram ao norte do Estado, sendo posteriormente encontradas jazidas nas aluviões do Rio de Contas Pequeno, atual Rio Brumado. Essa descoberta atraiu garimpeiros, fazendeiros, bandeirantes e vaqueiros de todo o Brasil, promovendo uma intensa migração, de diferentes grupos sociais, que levou à criação do primeiro povoado da região, que viria a se tornar a cidade de Rio de Contas (Lins et al., 2017).

De acordo com Lins (et. a., 2027), no início do século XIX, houve a descoberta de grandes jazidas de diamantes no leito do Rio Mucugê, iniciando a fase mais próspera do território, que se estendeu até os anos de 1867. Contudo, o crescente comércio de diamantes na África do Sul, comprometeu a produção realizada no interior da Bahia, resultando em um processo de estagnação da economia da região, incentivada pela emigração e fechamento de comércios.

A partir desse período, a região precisou se reinventar e reestruturar-se economicamente. As primeiras iniciativas foram voltadas à agricultura e à instalação de comércios que atendessem às novas necessidades locais.

Surgiram lojas, vendas, armazéns, feiras livres semanais e mascates, vendedores ambulantes, geralmente, árabes ou seus descendentes. Na segunda metade do século XIX, por exemplo, em Jacobina, já se produzia, para o mercado, doces de frutas nativas, como o marmelo, o umbu e, principalmente, a goiaba ou araçá, assim como era cultivado o algodão em razoável escala, presente também em Rio de Contas e Caetité (Lins et al., 2017, p. 76).

A partir da segunda metade do século XX, a região passou a receber investimentos no setor do ecoturismo, impulsionados pelo reconhecimento de seus atributos naturais, tais como rios, cachoeiras, morros, serras, bem como a diversidade de fauna e flora, os quais passaram a atrair interesse em escalas nacional e internacional (Bahia, 2023).

Em 1961, a Prefeitura Municipal de Lençóis assumiu papel pioneiro na formulação de políticas públicas voltadas à consolidação da região como polo turístico, por meio da criação do Conselho Municipal de Turismo. Essa iniciativa sinalizou uma reorientação estratégica do modelo de desenvolvimento local, ao promover a substituição da atividade garimpeira por atividades fundamentadas na valorização do patrimônio cultural e na atuação do Estado como agente regulador do território.

Nesse contexto, o potencial histórico e paisagístico passou a ser reconhecido como ativo fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico. Em 1971, a solicitação de tombamento da cidade de Lençóis junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reforçou a institucionalização de mecanismos de

proteção patrimonial, articulando-os às estratégias de valorização turística. Tal medida contribuiu para a redefinição do desenvolvimento econômico da Chapada Diamantina, com ênfase na ampliação do setor de serviços associados ao turismo cultural e ambiental (Bahia, 2023). Posteriormente, em 1985, as mobilizações comunitárias resultaram na criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, instituído pelo Decreto nº 91.655, de 17 de setembro de 1985, consolidando a integração entre políticas de preservação ambiental, valorização do patrimônio natural e promoção do turismo como eixo estruturante das políticas públicas regionais (BRASIL, 2023).

Com o encerramento das atividades garimpeiras, a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina e o tombamento do sítio histórico de Lençóis, estabeleceram-se as condições institucionais e territoriais que viabilizaram, por parte do Governo do Estado, a implantação e a ampliação de programas voltados ao ecoturismo na região. Tais programas passaram a contemplar diferentes modalidades - contemplativa, de aventura e cultural - promovendo a reconfiguração da Chapada Diamantina como destino de lazer e estimulando a diversificação de sua base econômica por meio de atividades alternativas ao garimpo. Nesse cenário, os antigos trajetos de extração foram ressignificados, integrando roteiros voltados à fruição da paisagem e à valorização da gastronomia, arquitetura, história e patrimônio natural, além da experiência simbólica do lugar (Bahia, 2023).

Em decorrência da consolidação da Chapada Diamantina como destino turístico, intensificaram-se os processos de valorização fundiária e de expansão da especulação imobiliária na região. A crescente atratividade do território tem estimulado a aquisição de terras para fins residenciais, de lazer e de investimento. Destarte, o fluxo contínuo de visitantes nacionais e internacionais contribui para a reconfiguração do uso e da ocupação do solo, uma vez que parte desses sujeitos passa a vislumbrar a permanência ou o investimento na localidade após a experiência como viajante. A partir dos relatos dos mestres artífices entrevistados, evidenciou-se o aumento progressivo da presença de um público exógeno ao meio, envolvido na aquisição de propriedades e na realização de empreendimentos, seja para moradia permanente, segundas residências ou atividades econômicas vinculadas ao turismo (como aluguéis temporários via plataformas digitais).

Vale destacar que os municípios que integram o PNCD possuem características semelhantes em seus aspectos culturais, territoriais, históricos e econômicos, possuindo uma grande diversidade ambiental e ecológica, com predominância de Mata Atlântica sobre os biomas da caatinga e do cerrado, também presentes. O território é permeado por saberes e fazeres, ofícios e modos de fazer associados às técnicas construtivas com barro, que representam os diferentes grupos étnicos formadores da identidade local. Anteriormente repassados de geração em geração, hoje, as práticas tradicionais, especialmente as relacionados à arquitetura vernacular, vêm sendo substituídas gradativamente, em função do avanço da indústria da construção civil. A

crescente demanda por rapidez nos processos produtivos em larga escala, aliada à padronização de soluções construtivas e à introdução de novos materiais, tem contribuído para a substituição das formas pelas quais muitos exemplares do nosso patrimônio edificado foram construídos. Como consequência, diversas soluções construtivas e seus modos de adaptação ao meio envolvente - tecnicamente eficientes, especialmente no que se refere ao desempenho ambiental e ao conforto térmico das edificações - vêm se perdendo em detrimento de práticas hegemônicas desvinculadas dos saberes culturais tradicionais.

Contudo, a amplitude do conceito de patrimônio cultural - que enfatiza a relação simbiótica entre bens materiais e imateriais - associada ao movimento crescente pela valorização do conhecimento vinculado aos povos originários, às dinâmicas dessas comunidades e ao seu legado ancestral, bem como da preocupação ecológica e de práticas sustentáveis, parece descortinar cenários mais otimistas. No Brasil, iniciativas capitaneadas pelo Iphan, em colaboração com a Unesco e no âmbito de programas como o Monumenta, estabeleceram as bases para cursos de formação em diversas técnicas e inventários para registro do “saber-fazer”. Essas ações, que priorizam as vivências dos mestres, têm se disseminado por diferentes regiões do país, fortalecendo a conexão entre práticas sustentáveis e preservação da memória.

Nesse sentido, este estudo busca contribuir para a valorização dos conhecimentos populares ancestrais por meio da escuta sensível de detentores de saberes residentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina. Para esses sujeitos, o barro constitui uma referência cultural central, sendo reconhecido por seus fazedores como elemento vital para a manutenção da memória e a preservação do patrimônio coletivo.

Por ser um material com abundância na região, o barro foi utilizado nas mais variadas formas de manifestação cultural, desde a fabricação de utensílios domésticos e artesanatos até o desenvolvimento de sistemas construtivos e de acabamento. Por décadas, esse recurso foi o principal componente da arquitetura vernacular do território, definindo a identidade das edificações locais e a organização espacial da região.

3. TÉCNICAS E MATERIAIS TRADICIONAIS

A tradição construtiva com o uso do barro mostra-se recorrente em todas as cidades pesquisadas, configurando-se como expressão significativa da arquitetura vernacular local. Historicamente, as diferentes regiões tendem a edificar suas habitações a partir dos materiais mais abundantes disponíveis em cada localidade, processo que reflete a estreita relação entre os modos de construir, o território e os saberes tradicionais. Nesse contexto, as técnicas construtivas em barro evidenciam um conhecimento empírico acumulado ao longo do tempo, orientado pela observação das condições climáticas e ambientais, resultando em edificações com elevado desempenho térmico, capacidade de regulação da umidade e maior conforto ambiental. Tais atributos reforçam o valor da arquitetura vernacular como um sistema construtivo adaptativo e sustentável, no qual a

materialidade, a técnica e a cultura se articulam de forma indissociável, contribuindo para a permanência e a transmissão desses saberes no espaço construído. Vale ressaltar que, segundo Lévi-Strauss (2006, p. 79):

Cada testemunho material não é mais portanto considerado isoladamente, mas em seu contexto e na compreensão das múltiplas relações que mantém do modo recíproco com seu ambiente físico – cultural e natural – e não-físico. Os elementos do patrimônio físico aparecem, juntamente com seu ambiente, sempre como suporte de saberes, de práticas e de crenças. Eles organizam uma “paisagem” vivida pela comunidade e participam de sua identidade.

As técnicas construtivas que utilizam o barro configuram-se como saberes coletivos, cuja produção está intrinsecamente associada às dinâmicas comunitárias locais. O preparo da matéria-prima, especialmente o ato de pisar o barro, assume um caráter social e simbólico, notadamente em áreas rurais da Chapada Diamantina, onde esse processo se desenvolve em um ambiente de convivência e cooperação. Trata-se de uma prática que, para além da dimensão técnica, incorpora elementos vinculados às celebrações, à sociabilidade e à transmissão intergeracional do conhecimento, frequentemente acompanhada por manifestações musicais, momento em que se compartilham alimentos e bebidas, antes, durante e após o preparo do barro. Nesse contexto, a participação de diferentes membros da comunidade – abrangendo núcleos familiares ampliados, vizinhança e o cotidiano doméstico – evidencia o papel dessas técnicas como dispositivos de coesão social. Tal relevância cultural no âmbito da arquitetura vernacular é sintetizada pelo relato do mestre A. M. S. (36 anos), de Ibicoara, sobre a confecção do adobe:

[...] uma técnica de construção com barro utilizada há muitos e muitos anos aqui na Chapada, a qual as pessoas já nascem praticando, pisando o barro, ajudando seus familiares a fazerem as construções. [...] O barro unia as pessoas das comunidades (informação verbal, 2023).

Ao relatar sua motivação para aprender o ofício, o citado mestre destaca o interesse despertado pela possibilidade de construir habitações com matérias-primas disponíveis no próprio território, enfatizando a acessibilidade dos recursos: “a terra está em todos os lugares, né?”, enquanto “a água você carrega na cabeça”, e a moldagem pode ser feita com instrumentos simples, já que “a forma se faz com facão, se não tiver outras ferramentas para fazer bonitinho”. Em seu relato, ressalta também a autonomia produtiva local ao afirmar que “temos tudo aqui, até o cabo da enxada a gente consegue aqui, não precisa vir de fora”. O domínio da técnica permitiu-lhe construir a própria casa, evidenciando a viabilidade do saber tradicional (Figura 2). Contudo, aponta dificuldades atuais associadas à produção do adobe, sobretudo a elevada exigência física aliada à baixa remuneração, fatores que desestimulam a adesão de novos praticantes, apesar do caráter prazeroso do trabalho com o barro.

Figura 2: Produção de adobe no município de Ibicoara.



Legenda: Etapas do processo de fabricação do adobe, em Ibicoara (BA). Da esquerda para a direita: extração da matéria-prima (barro); secagem dos blocos ao ar livre; moldes de madeira (formas); e o manuseio manual para desmoldar.

Fonte: Souza, 2023.

O mestre ainda observa que, embora a técnica venha sendo adotada por novos moradores da zona rural, a população local tende a rejeitá-la, associando sistemas convencionais em concreto e alvenaria cerâmica a ideias de progresso, modernidade e *status*, enquanto os saberes construtivos são vistos como retrocesso. Destaca, entretanto, a consolidação recente da região como polo de bioconstrução, atraindo interessados de diferentes lugares. Diante desse cenário, manifesta uma postura crítica diante do que denomina como “gourmetização da bioconstrução”: reconhece os benefícios do adobe – como conforto térmico e baixo custo –, mas questiona seus modos de apropriação e os públicos a que se destinam. Por fim, defende o reconhecimento desse saber como patrimônio cultural do território e a necessidade de sua continuidade por meio da articulação entre técnicas tradicionais e tecnologias contemporâneas, já observada em edificações recentes de “padrão elevado”².

9

No município de Palmeiras, a 446,1 km da capital baiana, reside M. A. B. S. (47 anos), mestre artífice da técnica dos tijolos de barro. Incentivado pelo pai e tios, aprendeu o ofício aos 18 anos e recorda que, no início, a prática era motivada mais pelo convívio doméstico do que pelo retorno financeiro: “A gente via eles fazendo, se interessamos naquela coisa de pisar no barro, a gente era menino ainda, achava bonito. [...] Naquela época eles já faziam, aí foi passando de pai para filho, de tio para sobrinho”. Com o tempo, contudo, a atividade revelou-se gratificante e economicamente relevante, confirmando o incentivo dos mais experientes que diziam: “Bora trabalhar, pra criar a família!” O saber-fazer permitiu sustentar seu núcleo familiar, prover a criação de seis filhos e conquistar autonomia material: “Hoje em dia eu vivo disso ainda, criei minha família toda com isso aí [...] e gero emprego ainda para outros”. Embora a técnica possa ser executada individualmente, destaca que a atuação coletiva – com ao menos quatro pessoas – torna o processo mais eficiente. O mestre lembra ainda que o município já contou com mais de cinquenta olarias (Figura 3), hoje reduzidas a uma única em

² Entende-se que, quando os entrevistados mencionam “padrão elevado” ou “alto padrão”, referem-se às edificações de arquitetura contemporânea, amplas proporções, materiais de acabamento sofisticados e uso de tecnologias atuais.

funcionamento, diante da migração da força de trabalho para setores de maior rentabilidade.

Figura 3: Produção de tijolos em olaria no município de Palmeiras.



Legenda: Etapas da fabricação artesanal de tijolos em olaria no município de Palmeiras (BA). Da esquerda para a direita: detalhe da forma de madeira; forno tradicional para queima; processo de secagem ao ar livre; e estoque dos blocos finalizados.

Fonte: Souza, 2023.

Quanto à transmissão do saber, o mestre observa o desinteresse das novas gerações, que associam o ofício a um trabalho pesado e pouco atrativo: “Os mais novos querem estudar, querem negócios mais leves, não demonstram interesse não”. Relata que a perpetuação desse aprendizado funcionava outrora como um rito de passagem, pois o ensino do método construtivo consolidava a inserção profissional dos jovens. O entrevistado manifesta preocupação com o possível desaparecimento da técnica no território, afirmando que sua continuidade depende diretamente de sua atuação: “Ontem mesmo o pessoal estava falando: Quando M. A. B. S. morrer, vai acabar aqui essa técnica, porque ninguém mais faz”. No que se refere à demanda, relata que moradores da sede tendem a optar por blocos cerâmicos industrializados, enquanto o público exógeno (estrangeiros e não nativos) demonstram maior interesse em incorporar o saber tradicional, reconhecendo-o como expressão cultural local: “Só mesmo o pessoal da zona rural e o pessoal de fora [...] eles gostam bastante, vêm pra região, vêm construir e pedem mesmo”.

10

Assim como outros entrevistados, M. A. B. S. reconhece a técnica em barro como patrimônio cultural do território e compreende sua transmissão como responsabilidade coletiva. Destaca ainda seu potencial, no que se refere à aplicação em diferentes tipologias arquitetônicas, inclusive de alto padrão, defendendo sua permanência como parte do cotidiano construtivo local, e não apenas como registro histórico.

No município de Andaraí, o casal de mestres A. P. (37 anos) e D. P. (36 anos) detém o domínio do pau a pique, saber herdado do convívio familiar e comunitário: “Eu e ele nascemos em uma casinha assim, então desde crianças e até mesmo antes da gente nascer, nossos pais já viviam nesta situação. Era um modo deles sobreviverem também”. Durante a pandemia de Covid-19³, os mestres ficaram desempregados e,

³ No Brasil, a pandemia de Covid-19 foi declarada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020.

impossibilitados de arcar com o pagamento do aluguel, decidiram construir a própria moradia na zona rural do município (Figura 4). Embora tenham iniciado a obra sozinhos, o processo construtivo rapidamente assumiu caráter colaborativo, contando inicialmente com o apoio do pai do mestre e, posteriormente, com a participação de vizinhos, amigos e parentes, que se mobilizaram em regime de mutirão: “A gente trabalha em comunidade [...] algumas casas dos vizinhos [...] quem ajudou a bater o barro também foram a gente”. A entrevistada destaca que a construção da residência da família, serviu como incentivo para que outros vizinhos também construíssem as suas, usando o sistema construtivo de pau a pique. Ressalta que a técnica é simples de ser aprendida e que se torna mais prazerosa quando realizada em coletividade. Quanto às alterações no saber-fazer, ressalta as mudanças nos materiais empregados, com a substituição das antigas amarrações de couro por cipó, borracha, arame e mangueiras de irrigação. O casal enfatiza, ainda, a participação dos filhos na construção, assegurando a transmissão geracional do saber e o valor afetivo agregado ao ofício: “Vai ter na lembrança deles, porque teve a mão deles”. Simultaneamente, apontam a desvalorização local da técnica, segundo o mestre, possivelmente herdada dos quilombos e dos indígenas, o que reforça a urgência de ações de educação patrimonial que evidenciem qualidades como o elevado desempenho térmico dessas habitações.

Figura 4: Edificação em pau a pique.



Legenda: Residência em pau a pique construída pelos mestres A. P. e D. P. em Andaraí (BA). À esquerda, vista externa da edificação; à direita, detalhe da trama de madeira e do preenchimento com barro, evidenciando as amarrações.
Fonte: Souza, 2023.

O mestre M. G. C. (59 anos) aprendeu a técnica de reboco de barro com artífices mais velhos, no município de Itaetê. Hoje, contudo, observa o desinteresse das gerações mais jovens, em virtude da expansão da alvenaria convencional: “Todo mundo esqueceu essa técnica de barro [...] o cara já não trabalha mais com adobe”. Destaca que o reboco só pode ser aplicado sobre estruturas do mesmo material — “O barro só se dá bem com o próprio barro” — e interpreta as mudanças como parte de um processo histórico mais amplo, relacionado à busca por eficiência e qualidade de vida. Sob essa ótica, manifesta ceticismo quanto à aplicação das técnicas tradicionais em determinadas tipologias contemporâneas, apontando limitações estruturais (como pilares e vigas), especialmente em edificações verticais.

A produção artesanal de telhas em barro foi uma tecnologia tradicional amplamente empregada na Chapada Diamantina durante seu desenvolvimento socioeconômico, constituindo elemento marcante da arquitetura colonial brasileira. Além de viabilizar

coberturas residenciais, representou importante fonte de renda para mestres artífices, sendo transmitida de forma geracional como saber construtivo e estratégia de subsistência. Atualmente, porém, não há registro de olarias em atividade na poligonal em estudo. O levantamento de dados obtidos com moradores, artífices, guias turísticos e bibliografia especializada indica que a expansão do comércio de materiais e o advento de novos sistemas de cobertura contribuíram para a redução progressiva da prática, culminando no desaparecimento desse conhecimento tradicional no território.

Já no município de Seabra, o saber-fazer das lajotas de barro (Figura 5) mantém-se por gerações e tem como principal referência o mestre A. C. S. (59 anos), que aprendeu o ofício com o pai: “Desde criança, meu pai fazia [...] comecei com meu pai, na idade de 7 anos”. Inserido em um contexto de poucas alternativas profissionais, encontrou na continuidade do trabalho paterno o principal meio de sustento: “Isso aqui é tudo pra gente, criei meus filhos tudo aqui, trabalhando”. Gradualmente, incorporou inovações produtivas, como moldes metálicos, chanfros e novos formatos decorativos, atendendo ao mercado da construção civil, sempre ávido por novidades. Entre as dificuldades, destaca restrições ambientais à extração de barro, que elevam custos, e a baixa demanda local, concentrada sobretudo em compradores de centros consumidores externos: “Aqui em Seabra mesmo a vendagem é pouca”. Embora seu filho tenha aprendido o ofício, este optou por abandonar a atividade, levando o mestre a vislumbrar o encerramento da unidade produtiva em decorrência de sua idade avançada.

12

Figura 5: Produção de lajotas no município de Seabra.



Legenda: Etapas da fabricação artesanal de lajotas cerâmicas em Seabra (BA). Da esquerda para a direita: jazida de extração da argila; mestre A. C. S. junto aos moldes metálicos de diferentes geometrias; processo de secagem das peças hexagonais; e estoque de lajotas prontas para comercialização.

Fonte: Souza, 2023.

Em Mucugê, o mestre C. C. F. (61 anos) relata ter iniciado seu contato com as técnicas construtivas tradicionais ainda na infância, por volta dos cinco anos, acompanhando o pai, também construtor. Assim como em outros depoimentos, a aprendizagem do saber-fazer piso em terra pilada esteve vinculada às condições socioeconômicas da família, configurando-se menos como escolha vocacional e mais como necessidade material. Segundo seu relato, o domínio da técnica representava a alternativa mais acessível para o acabamento do piso, evitando o chão de terra solta e a poeira associada a problemas de saúde. Ao rememorar sua trajetória, o artífice enfatiza a dimensão histórica e intergeracional do saber: “Isso aí veio mesmo dos antigos até chegar ao ponto de eu

alcançar, meu pai mesmo produzia essa técnica. Desde que eu me entendo por gente, conheci o povo já fazendo isso, batendo o chão para morar, para criar seus filhos”. Tal relato evidencia a continuidade temporal da prática e sua centralidade na reprodução da vida familiar e comunitária. Ao longo dos anos, o mestre executou o ofício reiteradas vezes, inclusive em municípios vizinhos do Parque, ampliando o alcance territorial desse conhecimento.

Entretanto, diferentemente de outros entrevistados que defendem a permanência das técnicas tradicionais em suas próprias moradias, o entrevistado afirma que não as adotaria atualmente em sua residência, pois o faz recordar momentos de dificuldade financeira para a sua família. Observa que os habitantes locais tendem a optar por materiais industrializados disponíveis no comércio, enquanto o interesse pelas técnicas tradicionais parte, sobretudo, de visitantes e turistas, que “[...] se interessa mais é na cultura antiga”. Tal posicionamento explicita um deslocamento simbólico dessas práticas, que passam de solução habitacional necessária a elemento cultural valorizado externamente, reforçando as tensões entre uso cotidiano, memória e patrimonialização.

O mestre N. C. T. F. (52 anos), que atua como guia de turismo e detentor do saber de diferentes técnicas em barro, aprendeu a produzir tinta de argila (Figura 6) há cerca de 12 anos, em um curso de permacultura, passando desde então a aplicá-la em seu sítio e em trabalhos comunitários. A partir de experimentações próprias, desenvolveu uma adaptação da técnica tradicional ao substituir a cola branca pela baba de palma - abundante na região - tornando o produto mais acessível e sustentável, sem comprometer o desempenho. Sua atuação revela um perfil investigativo, voltado à (re)criação dos saberes tradicionais a partir de recursos locais. Esse processo revela o processo dinâmico do patrimônio cultural imaterial na busca por soluções para as dificuldades encontradas no dia a dia de cada sociedade.

Figura 6: Pintura em tinta de barro.



Legenda: Aplicação de pintura à base de terra em diferentes ambientes habitacionais. À esquerda, detalhe de parede externa evidenciando a pigmentação natural; à direita, superfície interna com acabamento recém-finalizado em tons claros. Fonte: Souza, 2023.

No diálogo com comunidades, o mestre observa que a técnica ainda é pouco conhecida, predominando o uso de cal ou tintas industrializadas, influenciado pela oferta do mercado e pela valorização de padrões construtivos convencionais. Diante desse

cenário, o artífice busca difundir o saber-fazer por meio de oficinas e demonstrações, enfatizando a viabilidade econômica e o baixo impacto ambiental do método. Para o entrevistado, a tinta de argila constitui patrimônio imaterial da Chapada Diamantina e sua permanência depende da ampla disseminação do conhecimento, inclusive em espaços educativos e acadêmicos.

Em parceria com escolas, promove atividades formativas com crianças e jovens, embora reconheça o desinteresse das novas gerações, inclusive no âmbito familiar. Ainda assim, observa crescente demanda externa, especialmente em edificações de maior padrão, indicando que a técnica vem sendo revalorizada por públicos de fora do território, mesmo diante de sua limitada adoção local.

4. CONCLUSÃO

As análises desenvolvidas neste estudo evidenciam que os saberes construtivos em barro na Chapada Diamantina configuram-se como patrimônios culturais de natureza imaterial, ancorados na prática cotidiana, na transmissão intergeracional e na relação entre técnica, território e modos de habitar. Longe de constituírem vestígios estáticos do passado, tais conhecimentos demonstram aspectos diretamente associados ao cotidiano das comunidades e à sua capacidade adaptativa, incorporando inovações materiais e produtivas sem romper com suas matrizes tradicionais. Essa dinâmica reafirma a compreensão do patrimônio como processo social em permanente (re)construção.

14

Entretanto, os depoimentos dos mestres revelam tensões estruturais que ameaçam sua continuidade. A retração das cadeias de transmissão, o desinteresse das novas gerações, a valorização de sistemas construtivos industrializados e as dificuldades econômicas associadas ao ofício configuram um quadro de vulnerabilidade. Observa-se ainda um deslocamento simbólico, no qual essas técnicas passam a ser mais reconhecidas como expressão cultural por públicos externos do que incorporadas no cotidiano das comunidades locais, evidenciando o risco de patrimonialização dissociada do uso.

Neste sentido, a salvaguarda desses saberes demanda mais do que registro ou valorização discursiva, exigindo condições concretas para sua reprodução social. Isso envolve estratégias de formação, inserção produtiva e articulação com agendas contemporâneas, como sustentabilidade e educação, capazes de promover sua atualização sem esvaziar sua dimensão histórica e territorial.

Conclui-se que os saberes construtivos em barro se situam em um campo de tensão entre permanência e ruptura. Reconhecê-los como patrimônio implica promover sua continuidade, respeitando o ponto de vista dos mestres detentores dos saberes e as características próprias dos ofícios, de acordo com o contexto sociocultural onde se desenvolvem. Compreende-se que as condições de permanência dos conhecimentos

populares ancestrais não se assegura apenas com programas voltados ao turismo. É preciso assegurar ações efetivas, envolvendo detentores e/ou parceiros locais - Estado e Sociedade - que apontem caminhos em prol da manutenção da diversidade cultural da região, de modo a permitir que essas práticas sigam sendo aprendidas, criadas e (re)criadas, vividas no cotidiano das comunidades com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas no presente. Entendidos como referências culturais, tais conhecimentos tradicionais, representam os diferentes grupos étnicos formadores da identidade local, amplamente lastreadas, portanto, pela dimensão imaterial do patrimônio.

5. REFERÊNCIAS

AIRBNB. **About us**. Disponível em: <https://www.airbnb.com>. Acesso em: 18 fev. 2026.

BAHIA. Secretaria de Cultura. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)**. Salvador: SECULTBA, 2023. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/cultura>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 91.655, de 17 de setembro de 1985**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91655-17-setembro-1985-441832-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/>. Acesso em: 6 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>. Acesso em: 6 set. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Educação patrimonial: inventários participativos**: manual de aplicação. Brasília, DF: IPHAN, 2016. ISBN 978-85-7334-281-9.

LINS, Eugênio. A. [et al.]. **Mestres artífices**: Bahia. Brasília, DF: IPHAN; Salvador: UFBA, 2017. (Cadernos de memória 4).

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. **Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: O Novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2003. p. 78-82.